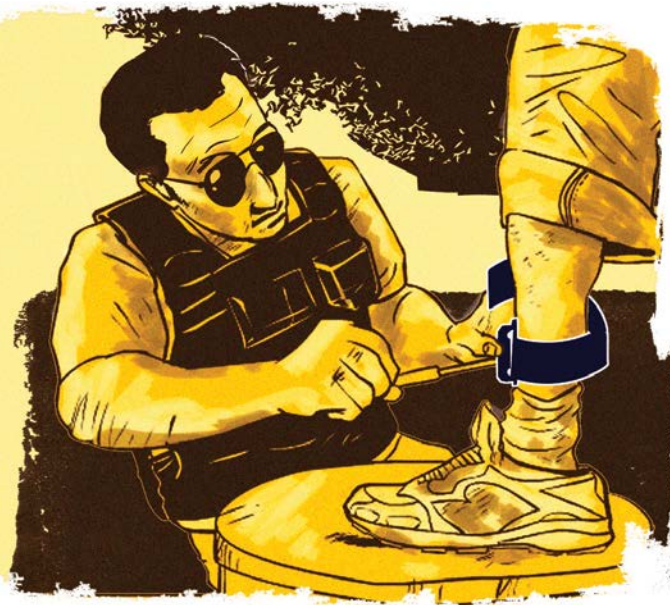


# LIVRE PARA CIRCULAR



Em 2010, o governo federal autoriza o uso de tornozeleira para controlar apenados do semiaberto em saídas temporárias ou para fiscalizar detentos em prisão domiciliar.

Três anos depois, a Secretaria de Segurança do Estado adota o equipamento para presos do aberto e semiaberto. O Ministério Público contesta o uso do aparelho para o cumprimento de penas. Entra com ação, e o Tribunal de Justiça (TJ) determina a retirada das tornozeleiras e a volta dos apenados a casas prisionais.



Sem aumentar a capacidade de atendimento, as casas prisionais podem ficar sem vagas para receber apenados que deixarem de usar tornozeleiras. As decisões do TJ abrangem a Região Metropolitana, onde 950 usam o equipamento. Com a escassez de espaço nos albergues, a tendência é que parte dos apena-



A volta de presos devido ao veto à tornozeleira também complica o projeto de esvaziamento do Presídio Central de Porto Alegre. Os presos seriam transferidos para casas prisionais que podem começar a receber apenados que deixarem de usar o monitoramento eletrônico.